

Companhia
Transudeste de
Transmissão

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstração dos resultados	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	15

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.085.630/0001-55

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2017, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2017	31.12.2016
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. O projeto estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”, referente à Chamada nº 013/2011- ANEEL - Projeto Jaíba foi encerrado sem nenhum investimento realizado e encaminhado para a Proponente Furnas enviar para a ANEEL.
2. A terceira etapa da pesquisa sobre Malha de Aterramento, o Projeto “Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos” foi iniciado em dezembro de 2017 através do Acordo de Parceria entre a Transleste (Proponente) a UFMG (Executora) e as seguintes cooperadas: Transudeste e Transirapé.

Responsabilidade Socioambiental

1. No mês de outubro de 2017 realizamos nos municípios de Itutinga e São Sebastião da Vitória, ambos situados no Estado de Minas Gerais, palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social de forma renovada e lúdica, conscientizando a população local do perigo e do potencial das queimadas e suas condições letais ao meio ambiente, distribuindo em seguida amplo material educativo. Antecipando o Tema principal da palestra “Queimada”, divulgamos durante dois meses (setembro e outubro de 2017), através das principais rádios da região, um spot alertando e conscientizando a população local do perigo das queimadas.
2. Como sempre fazemos no programa de Comunicação Social, visitamos aleatoriamente alguns proprietários ao longo da linha, esclarecendo dúvidas e a importância da linha de transmissão para a comunidade.
3. Mantivemos durante o ano de 2017 as mesmas ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa da servidão, com vistas à prevenção de prováveis interferências da vegetação na operação e segurança da linha.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório	Regulatório	Societário	Societário
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Não auditado			
Lucro Líquido	15.425	12.877	16.493	15.761
EBITDA	20.917	19.796	19.452	20.207

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Transudeste de Transmissão

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização do saldo de contas a receber (Ativo financeiro) da Concessão

Veja as Notas nº “3.1.2” e “6” das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras na rubrica de contas a receber (ativo financeiro um montante de R\$ 101.367 mil, relacionado aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão, em consonância com o contrato de concessão.</p> <p>O referido contrato de concessão assegura incondicionalmente à Companhia o direito de receber caixa ou equivalente de caixa, em contrapartida aos investimentos realizados, independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, caracterizando, assim, um ativo financeiro.</p> <p>Durante o período de concessão, o valor relativo ao ativo financeiro da concessão se realiza por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), conforme contrato de concessão. Adicionalmente, esse ativo financeiro é mensurado a cada período de reporte, considerando uma taxa de atualização baseada em índices inflacionários e descontado pela taxa interna de retorno da Companhia. Ao término do período de concessão, é assegurado à Companhia o direito à indenização relativa ao investimento realizado e não recuperado durante o período de concessão pelo recebimento da RAP. Devido à relevância do ativo financeiro no contexto das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento sobre os controles internos chave relacionados a valorização do saldo de Contas a receber da concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização dos investimentos e avaliamos a metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para valorização das contas a receber da concessão (ativo financeiro), incluindo a razoabilidade das principais premissas utilizadas incluindo a taxa de reajuste da RAP.</p> <p>Avaliamos a conciliação entre os registros contábeis e movimentação elaborada pela Companhia, e inspecionamos com base em amostragem o respectivo recebimento financeiro dos valores de concessionárias e permissionárias que amortizam o ativo financeiro indenizável.</p> <p>Avaliamos também adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação as premissas utilizadas na valorização do ativo financeiro.</p> <p>Conforme evidências obtidas por meio da execução dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo de receber (ativo financeiro) da concessão no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transudeste de Transmissão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.026	4.123	Fornecedores		172	122
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	6	2.626	2.643	Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	4.052	19.067
Contas a receber ativo financeiro	6	24.567	24.202	Dividendos a pagar	11	3.917	888
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	118	126	Tributos e contribuições sociais	7	638	613
Outros ativos circulantes		1.252	1.177	Encargos regulatórios	9	1.201	1.015
				Outros passivos circulantes		37	43
Total do ativo circulante		30.589	32.271	Total do passivo circulante		10.017	21.748
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	6	203	194	Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	45.648	-
Contas a receber ativo financeiro	6	76.610	77.840	Tributos diferidos	7	3.147	3.192
Outros ativos não circulantes		11	11				
Imobilizado		18	22	Total do passivo não circulante		48.795	3.192
Intangível		22	40				
Total do ativo não circulante		76.864	78.107	Patrimônio líquido	11		
				Capital social		30.000	30.000
Total ativo		107.453	110.378	Reserva de lucros		18.641	55.438
						-	-
				Total patrimônio líquido		48.641	85.438
				Total do passivo e patrimônio líquido		107.453	110.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	13	21.761	22.325
Custo de operação			
Serviços de terceiros		(912)	(812)
Pessoal		(218)	(178)
Material		(6)	(7)
Outros		(355)	(334)
		<u>(1.491)</u>	<u>(1.332)</u>
Lucro operacional bruto		20.270	20.993
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(494)	(430)
Material		(6)	(6)
Serviços de terceiros		(268)	(303)
Outras		(73)	(67)
		<u>(841)</u>	<u>(808)</u>
Outras despesas		-	(1)
		-	<u>(1)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>19.429</u>	<u>20.184</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira	14	689	877
Despesa financeira	14	(2.688)	(4.284)
		<u>(1.999)</u>	<u>(3.407)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>17.430</u>	<u>16.777</u>
Imposto de renda corrente	12	(650)	(669)
Contribuição social corrente	12	(333)	(335)
IR e CS diferidos		45	(13)
		<u>(938)</u>	<u>(1.016)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>16.492</u>	<u>15.761</u>
Lucro por ações		<u>0,55</u>	<u>0,53</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	16.492	15.761
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>16.492</u>	<u>15.761</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	<u>Reserva de lucros</u>					Total
	Capital Social	Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.000	4.279	25.234	10.164	-	69.677
Dividendos adicionais destinados à reserva de lucros	-	-	10.164	(10.164)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.761	15.761
Reserva legal	-	788	-	-	(788)	-
Reserva de lucros do exercício	-	-	14.973	-	(14.973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.000	5.067	50.371	-	-	85.438
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.492	16.492
Dividendos declarados	-	-	(49.372)	-	(3.917)	(53.289)
Reserva legal	-	824	-	-	(824)	-
Reserva de lucros do exercício	-	-	-	11.751	(11.751)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.000	5.891	999	11.751	-	48.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.492	15.761
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	22	20
Encargos s/empréstimos e variações monetárias e cambiais	2.382	3.961
Outras Variações	268	189
Baixa de ativos	-	1
	19.164	19.931
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	8	(405)
Contas a receber ativo financeiro	680	(799)
Tributos e contribuições sociais	8	15
Outros ativos	(75)	20
	621	(1.168)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	50	7
Tributos diferidos	(45)	13
Tributos e contribuições sociais	25	43
Encargos regulatórios	103	97
Outros passivos	(6)	1
	127	161
Caixa gerado pelas das atividades operacionais	19.912	18.924
Juros pagos	(2.609)	(4.265)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.303	14.659
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	-	(16)
Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento	-	(16)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de debentures ou empréstimos tomados	49.622	-
Pagamentos de dividendos	(50.260)	(2.500)
Amortização das parcelas do financiamento	(18.762)	(14.014)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(19.400)	(16.514)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(2.097)	(1.872)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.123	5.995
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.026	4.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP R\$ (*)	Índice de correção
005/2005	30	04/03/2035	25.291	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258 de 27/06/2017.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nessas demonstrações contábeis.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.2 Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.4 Instrumento Financeiro - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Tributação

3.4.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.4.2 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transudeste são calculados pelo regime de lucro presumido, e são obtidos com base alíquotas presumidas de 8% e 12% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.6 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), e registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). -Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade

primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja sua terceirização, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.6.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, quando essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.8 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)**

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)**

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 15 / CPC 47: Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as seguintes normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 11 - contratos de construção;IAS 18 - crédito;

IFRIC 13 - programas de fidelização de clientes;IFRIC 15 - acordos para a construção de imóveis;IFRIC 18 - transferências de ativos de clientes; e SIC-31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade. A nova norma entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Com o novo pronunciamento não identificamos nenhuma alteração na forma de contabilização das operações da Companhia e nenhum outro impacto nos registros existentes nos segmentos de transmissão.

- **IFRS 9 / CPC 48: Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

As exigências de classificação e mensuração do IFRS 9 substituem os atuais critérios de mensuração do IAS 39 com as três seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio, de outros resultados abrangentes (com e sem reciclagem), e Valor justo por meio do resultado (FVTPL).

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros traz mudanças fundamentais na contabilização dos instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A nova norma entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Os impactos do novo pronunciamento não afetam as operações realizadas nos segmentos de transmissão. Não identificamos nenhuma alteração na forma de contabilização da Companhia e nas suas operações e nenhum outro impacto nos registros existentes.

- **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de imposto de renda

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de imposto de renda

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2	3
Bancos	24	118
Aplicações Financeiras	2.000	4.003
Total	2.026	4.123

As aplicações financeiras de 2017 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, com modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado” com remuneração pós-fixada de 102,6914% do CDI.

6 Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias e permissionárias (6.1)	2.561	2.612
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	268	225
Ativo financeiro (6.2)	101.367	102.042
	104.196	104.879
Ativo circulante	27.193	26.845
Ativo não circulante	77.003	78.034

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

6.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

6.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Antecipação constantes no AVC;

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão;

(b) Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2017:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.243
Receita de operação e manutenção	2.211
Remuneração do ativo financeiro	21.885
Realização do ativo financeiro	(23.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	102.042
Receita de operação e manutenção	2.408
Remuneração do ativo financeiro	21.231
Realização do ativo financeiro	(24.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	101.177
Contas a receber ativo financeiro - circulante	24.567
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	76.610

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7 Tributos e contribuições sociais

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	19	27
IRRF a compensar	99	99
	118	126
Passivo circulante		
IRPJ	272	282
CSLL	133	134
COFINS	167	137
Outros	66	60
	638	613
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	3.147	3.192

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

a. IR e CS diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.179
Imposto diferido reconhecido no resultado	13
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.192
Imposto diferido reconhecido no resultado	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.147

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2017					31/12/2016
	Circulante			Não Circulante		Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Debêntures	4.009	43	4.052	45.648	49.700	19.067
Total	4.009	43	4.052	45.648	49.700	19.067

O saldo da conta de Empréstimos e financiamento em 31/12/2016 referem-se a valores correspondentes a 1ª emissão de Debêntures contratados em 2012 em espécie quirografárias, sem garantias através do Itaú Unibanco S.A.. A 1ª emissão que já foi liquidada em novembro/2017.

O saldo da conta de empréstimos e financiamentos em 31/12/2017 referem-se a valores correspondentes a 2ª emissão de Debêntures emitidas 26/09/2017, sem garantias, através do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de valores.S.A. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações tem carência de 01 ano para pagamento do principal e o pagamento de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização será em 26/09/2018.

A remuneração, renderão juros de 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão.

Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R\$ 74.871 até junho/2021 e R\$ 69.753 a partir de julho/2021, a Cia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGPM desde 01/01/2017.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos pela emissão das debêntures a longo prazo são:

Ano	Total
2019	12.173
2020	12.173
2021	12.173
2022	<u>9.129</u>
TOTAL	<u>45.648</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>33.291</u>
Varição Monet. Cambial empréstimos	-
Provisões de juros	4.054
Juros pagos	(4.265)
Amortizações de principal	<u>(14.013)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>19.067</u>
Empréstimos contraídos	49.622
Provisões de juros	2.382
Juros pagos	(2.609)
Amortizações de principal	<u>(18.762)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>49.700</u>

9 Encargos Regulatórios

	31/12/2017	31/12/2016
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	30	32
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	1.037	857
Taxa de Fiscalização ANEEL	<u>134</u>	<u>126</u>
Total	<u>1.201</u>	<u>1.015</u>
 Circulante	 1.201	 1.015

10 Partes relacionadas

Contratos da fase operacional

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 agosto de 2007.

- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora.

Demonstração do resultado	31/12/2017	31/12/2016
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	1.563	1.364
FURNAS	854	976
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	753	709
FURNAS	373	352
Ativo Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	191	150
FURNAS	77	112
Passivo Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	55	53
FURNAS	31	30
Dividendos Pagos		
CEMIG	12.062	600
FURNAS	12.565	625

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2017 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$195, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social autorizado e integralizado era de R\$30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações - 2017			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Transminas Holding S/A	12.300.000	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	7.200.000	-	24%	24%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.500.000	-	25%	25%
EATE	3.000.000	-	10%	10%
	30.000.000	-	100%	100%

b. Reservas de lucro

- Reserva legal
 É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social da Cia.

Dividendos Adicionais propostos

Refere-se ao saldo remanescente do Lucro do exercício de dez/2017, proposto ao acionista a distribuição, visto que, o orçamento do fluxo de caixa da cia comporta o pagamento deste saldo.

c. Destinação do lucro líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	16.492	15.761
Constituição Reserva legal	(824)	(788)
Base de cálculo de dividendos	15.668	14.973
Dividendos Declarados	(3.917)	-
Reserva de Lucros Retidos	-	(14.973)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(11.751)	-
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

d. Dividendos propostos

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	<u>3.388</u>
Destinação ARCA/AGO	-
Dividendos pagos no exercício	(2.500)
Div. Declarados Mínimo obrigatório do exercício	<u>-</u>
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2016	<u>888</u>
Destinação ARCA/AGO	49.372
Dividendos pagos no exercício	(50.260)
Div. Declarados Mínimo obrigatório do exercício	<u>3.917</u>
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017	<u>3.917</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.408	2.408	2.211	2.211
Remuneração de ativos da concessão	21.232	21.232	21.885	21.885
Receita Operacional	23.640	23.640	24.096	24.096
Receita Ajustada	1.465	1.465	(411)	(411)
Receita operacional ajustada	25.105	25.105	23.685	23.685
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	2.008	3.013	1.895	2.842
Receitas financeiras	689	689	877	877
Base de cálculo	2.697	3.702	2.772	3.719
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	650	333	669	335

No ano 2017 a Companhia optou pelo Forma de tributação baseada no Lucro Presumido.

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

13 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	2.408	2.211
Remuneração dos ativos financeiros da concessão	21.232	21.885
	23.640	24.096
Deduções da receita operacional		
PIS	(163)	(154)
COFINS	(753)	(710)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(627)	(592)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(237)	(220)
Taxa de Fiscalização	(98)	(95)
	(1.879)	(1.771)
Receita operacional líquida	21.761	22.325

14 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	689	877
Outros Receitas Financeiras	-	-
	689	877
Despesas Financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(2.382)	(4.054)
Variações cambiais e monetárias diversas	(268)	(189)
Outras despesas financeiras	(38)	(41)
	(2.688)	(4.284)
Total do resultado financeiro	(1.999)	(3.407)

15 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2017	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	2.026	-
Contas a receber	2.829	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	49.700
Fornecedores	-	172
Total	4.855	49.872
Em 31/12/2016	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	4.123	-
Contas a receber	2.837	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	19.067
Fornecedores	-	122
Total	6.960	19.189

b. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 794 usuários, com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros.

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros - aplicações financeiras
 Análise de sensibilidade elaborada sobre a receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. O cenário II foi calculado aumento destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

Cenário I

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano		
			Risco de redução		
	Saldo conta aplicações	Indexador	Receita financeira em 31/12/2017	(-25%)	(-50%)
Aplicações financeiras					
BB Amplo	2.000	CDI	6,75% 135	5,06% 101	3,38% 68

Cenário II

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano		
			Risco de aumento		
	Saldo conta aplicações	Indexador	Receita financeira em 31/12/2017	(+25%)	(+50%)
Aplicações financeiras					
BB Amplo	2.000	CDI	6,75% 135	8,43% 169	10,13% 1.000

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros - empréstimos e financiamentos

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a CDI.

O cenário I considera uma diminuição sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante da dívida atual das debêntures que são remuneradas pelo CDI. O cenário II foi calculado aumento destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

Cenário I

				<u>Projeção Despesas Financeiras - Um Ano</u>	
				<u>Risco de redução</u>	
CDI	Posição em 31/12/2017	Indexador	Despesas Financeiras em 31/12/2017	(-25%)	(-50%)
Debêntures	49.700	CDI	6,75% 3.355	5,06% 2.515	3,38% 1.680

Cenário II

				<u>Projeção Despesas Financeiras - Um Ano</u>	
				<u>Risco de aumento</u>	
CDI	Posição em 31/12/2017	Indexador	Despesas Financeiras em 31/12/2017	(+25%)	(+50%)
Saldo de Debêntures	49.700	CDI	6,75% 3.355	8,43% 4.190	10,13% 5.035

c. Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

16 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía alguns pequenos processos judiciais em aberto de natureza cível (fundiário) com riscos de perdas remotas.

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

* * *

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Marcos Antônio Carvalho Gomes- Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

João Paulo Dionísio Campos - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC N° MG-067247/0-2